

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.748 - CE (2019/0196926-0)

RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : RENATO VILARDO DE MELLO CRUZ - CE018311
RECORRIDO : FRANCISCA ROSELIA MELO LIMA
RECORRIDO : MARIANA EMILIA MELO FORTE
RECORRIDO : ANAZELIA MELO LIMA
RECORRIDO : JOSELIA MELO LIMA
ADVOGADO : WILSON MELO LIMA - CE009895

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO CEARÁ com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal.

Na origem, Francisca Rosélia Melo Lima e outros ajuizaram ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 500,00 (quinhentos reais), em julho de 2007, tendo como objetivo a reversão da pensão de montepio militar, tendo em vista o óbito da sua genitora, em novembro de 2006, a qual, por sua vez, percebia pensão militar em decorrência da morte, no dia 18 de agosto de 1991, do pai das requerentes.

Após sentença que julgou procedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Os embargos de declaração interpostos foram acolhidos, ficando consignado que não há incidência da prescrição do fundo de direito, uma vez que a ação versa sobre pedido de concessão de benefício de caráter previdenciário em que a Administração Pública não formalizou a negativa do direito, situação o em que se depara com obrigação de trato sucessivo, de sorte que a prescrição somente recai sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, nos termos o da Súmula 85, do Superior Tribunal de Justiça.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. MONTEPIO MILITAR. APLICAÇÃO LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DA MORTE DO INSTITUIDOR DO BENEFÍCIO. SÚMULA 340 STJ. POSSIBILIDADE DE REVERSÃO PARA FILHAS MAIORES. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85 STJ. OMISSÃO SANADA. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1 - O embargante alega que a decisão impugnada apresenta omissão por o ausência de manifestação acerca de questão de ordem pública, atinente à

Superior Tribunal de Justiça

prescrição do fundo 03 de direito.

2 - Verifica-se que o caso em análise não sofre a incidência da prescrição do fundo de direito, vez que a ação versa sobre pedido de concessão de benefício de caráter previdenciário em que a Administração Pública não formalizou a negativa do direito, situação o em que se depara com obrigação de trato sucessivo, de sorte que a prescrição somente recai sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, nos termos o da Súmula 85, do Superior Tribunal de Justiça.

3 - Embargos de Declaração conhecidos e providos a fim de integrar a decisão para afastar a prescrição do fundo de direito sem, contudo, atribuir-lhes efeitos infringentes.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o Estado do Ceará interpôs o presente recurso especial, apontando violação dos arts. 1º e 2º do Decreto nº 20.910/32.

Sustenta, em síntese, que, vindo a autora a requerer o pensionamento apenas em 2007, muito após a entrada em vigor da Lei Complementar estadual nº 21/2000, manifesta-se evidente a prescrição total da pretensão autoral.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Parecer do MPF pelo parcial conhecimento do recurso, e, nesta parte, pelo seu desprovimento.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia, interpretou legislação local, *in casu*, a Lei Complementar Estadual nº 21/2000, o que implica a inviabilidade do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

Confira-se:

Verifica-se que o caso em análise não sofre a incidência da prescrição do fundo de direito, vez que a ação versa sobre pedido de concessão de benefício de caráter previdenciário em que a Administração

Superior Tribunal de Justiça

Pública não formalizou a negativa do direito, situação em que se depara com obrigação de trato sucessivo, de sorte que a prescrição somente recai sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, nos termos da Súmula 85, do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, cumpre destacar, por oportuno, que conforme afirmado anteriormente, o pleiteado direito à pensão por reversão encontra fundamento na legislação aplicável à época da instituição do benefício (tempos regit actum), ou seja, Lei Estadual nº 897/1950 e Lei Estadual nº 10.972/84, de sorte que a extinção do benefício pela Lei Complementar nº 21/2000 não representou afastamento da pretensão autoral e, portanto, não pode ser o considerada como termo inicial da alegada prescrição. (fls. 317-318)

Nesse diapasão, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO-BASE DE TELEFONIA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL 13.756/04 E DECRETO MUNICIPAL 44.944/04. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 26/08/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisão publicada na vigência do CPC/73.

II. Segundo consta do acórdão recorrido, a "Prefeitura Municipal de São Paulo propôs ação demolitória, em face da Tim Celular S/A, perante o Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, objetivando a remoção da estação de rádio base instalada irregularmente, em razão de o equipamento estar em funcionamento sem prévio licenciamento urbanístico". O Tribunal de origem manteve a sentença de procedência.

III. A questão controvertida nos autos foi solucionada, pelo Tribunal de origem, com fundamento em leis locais (Lei municipal 13.756/04 e Decreto municipal 44.944/04). Assim, torna-se inviável, em Recurso Especial, o exame da matéria nele inserida, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp n. 709.574/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 14/9/2015; REsp n. 1.455.034/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/4/2015.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. LEIS MUNICIPAIS. INCIDÊNCIA. MATÉRIA LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.217.076/SP, representativo de controvérsia repetitiva, firmou o entendimento de que "A discussão, na fase de liquidação, a respeito dos supervenientes reajustes concedidos pela legislação municipal (Lei 12.397/97) e seus reflexos no cálculo do percentual devido e no cumprimento da condenação imposta envolve exclusivamente interpretação e aplicação de direito local, insuscetível de reexame por recurso especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 280 do STF" (Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 14/10/11).

Superior Tribunal de Justiça

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg nos EDcl no AREsp n. 4.111/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 12/11/2014.)

Ademais, mesmo se ultrapassado o óbice acima mencionado, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte Superior no sentido de que

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. ART. 1º DO DECRETO 20.910/1932 E DOS ARTS. 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL/2002. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF, APLICADA POR ANALOGIA. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

(...)

3. Em se tratando de relação de trato sucessivo, o indeferimento do pedido pela Administração é o termo a quo para o cômputo do prazo quinquenal. Em não havendo negativa expressa, o entendimento jurisprudencial é de que nas hipóteses em que a Administração, por omissão, não paga benefícios aos servidores, a prescrição não atinge o próprio fundo de direito, mas tão somente as parcelas vencidas a mais de cinco anos da propositura da ação, nos termos da Súmula 85/STJ.

(...)

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1814166/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 05/09/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro a condenação da verba honorária fixada na origem para R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), sopesado, para a definição do *quantum* ora aplicado, o trabalho adicional realizado pelos advogados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator